

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA MOBILIZAÇÃO (COSMO)POLÍTICA MBYA GUARANI¹

VICENTE PEREIRA²

RESUMO

O artigo é um estudo sobre a organização política mbya guarani Comissão Guarani Yvyrupa. Procura entender o movimento de uma perspectiva primeiramente histórica, a partir da resistência guarani desde a chegada dos colonizadores e depois a partir do contexto específico das aldeias de São Paulo. Após um breve sobrevôo pelas manifestações indígenas nesta cidade faz um esforço por analisar o discurso dos Mbya que integram a Comissão a partir de alguns documentos publicados por eles desde 2006. Por fim chega-se a três elementos chave deste discurso: as referências ao xamanismo e ao modo de vida “tradicional”, a delimitação dos ruralistas como inimigos dos povos indígenas e o diálogo com o público em geral.

PALAVRAS-CHAVE

Mbya Guarani; Cosmopolítica; Autonomia Indígena

COMMISSION GUARANI YVYRUPA: (COSMO)POLITICAL MOBILIZATION MBYA GUARANI

ABSTRACT

The article is a research about the mbya guarani political organization Comissão Guarani Yvyrupa. Searches to understand the movement from a historic perspective, first from the guarani resistance since the arrival of the colonizers and then from the São Paulo villages particular context. After a quick flight above the indigenous acts in this city, makes an effort to analyze the discourse of the Mbya who integrates the Comissão from some documents published by them since 2006. At least arrives at three key elements of this discourse: the references to the shamanism e to the “traditional” way of life, the delimitation of the ruralists as enemies of the indigenous people e and the dialogue with the public in general.

KEY-WORDS

Mbya Guarani; Cosmopolitics; Indigenous Authonomy

COMMISSION GUARANI YVYRUPA :MOBILISATION (COSMO)POLITIQUE MBYA GUARANI

RÉSUMÉ

Cet article est une étude sur l'organisation politique Mbya Guarani, Comissão Guarani Yvyrupa. Tout d'abord, on cherche à comprendre ce mouvement d'un point de vue historique, en partant de la résistance guaranie depuis l'arrivée des colonisateurs, puis à partir du contexte spécifique des villages guaranis Mbya de São Paulo. Après un bref survol des manifestations indigènes dans cette ville, on portons l'effort d'analyse sur le discours des Mbya qui intègrent la Comissão, à partir de plusieurs documents qu'ils ont publiés depuis 2006. Enfin, on arrive aux trois éléments-clés de ce discours: les références au chamanisme et au mode de vie traditionnel, la

¹ Agradeço a Marcelo Hotimsky, Daniel Pierri, Lucas Keese, Werá Alexandre, Ariel Kuaray Ortega, Eloir Xondáro, Julio Garcia, Verá Daniło e Paulo Karai pois de alguma forma me ajudaram com a aproximação a um objeto de estudo até então demasiado distante.

² Universidade Federal de Alfenas

délimitation des terres par les grands propriétaires terriens, considérés comme ennemis par les peuples indigènes et le dialogue avec le public en général.

MOTS-CLÉS

Mbya Guarani; Cosmopolitique; Autonomie Indigène

COMISIÓN GUARANI YVYRUPA: MOVILIZACIÓN (COSMO)POLÍTICA MBYA GUARANI

RESUMEN

El artículo es un estudio sobre la organización política mbya guarani Comissão Guarani Yvyrupa. Busca entender el movimiento primero desde una perspectiva histórica, a partir de la resistencia guarani desde la llegada de los colonizadores y después a partir del contexto particular de los pueblos de São Paulo. Después de un breve sobrevuelo por las manifestaciones indígenas en esta ciudad hace un esfuerzo para analizar el discurso de los Mbya que integran la Comissão a partir de algunos documentos publicados por ellos desde el año 2006. Por último llega-se a tres elementos-clave de este discurso: las referências al chamanismo y al modo de vida "tradicional", la delimitación de los ruralistas como enemigos de los pueblos indígenas y el diálogo con el público en general

PALAVRAS-CLAVE

Mbya Guarani; Cosmopolítica; Autonomia Indígena.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é, em muitos aspectos, a continuação de uma investigação anterior (PEREIRA, 2017) sobre cosmopolítica mbya guarani, e retoma de um modo particular uma pesquisa de caráter mais amplo sobre as relações entre a sociedade mbya e o seu exterior que venho desenvolvendo desde minha tese de doutorado (PEREIRA, 2014; PEREIRA, 2016a ; PEREIRA, 2016b). A particularidade desta investigação que o leitor tem em mãos é que ela focaliza a relação com os brancos (*jurua*), e mais especificamente com o estado, a partir daquela que é provavelmente a mobilização política mbya guarani mais ampla e organizada: a Comissão Guarani Yvyrupa (doravante CGY).

Não estarei me baseando diretamente em dados colhidos primariamente por mim durante trabalho de campo, já que este o realizei em aldeias do Rio de Janeiro enquanto a CGY teve como grande foco irradiador as aldeias de São Paulo, como se verá. Por esta razão a presente investigação partiu das notas, cartas e manifestos publicados pela Comissão ao longo de seus mais de dez anos de existência. Estes documentos são geralmente elaborados coletivamente após um debate, e muitas vezes uma versão inicial em mbya é lida para que as pessoas opinem se o conteúdo está de acordo com a ideia que desejam passar ao público (como informou-me Marcelo Hotimsky, secretário da CGY em comunicação pessoal). Outras vezes a versão que passa pelo crivo dos debatedores é já em português, e certamente a escrita nesta língua é facilitada por parceiros e apoiadores dos Mbya. Algumas questões que orientaram a elaboração deste artigo são: como se desenvolveu a CGY e como esta organização política se relaciona com o xamanismo e o modo de vida mbya? A partir de quais movimentos e demandas surgiu a CGY? Qual o conteúdo dos documentos publicados pela CGY e como este conteúdo se relaciona com as manifestações e atos públicos dos Mbya?

BREVE HISTÓRIA DA RESISTÊNCIA GUARANI

A resistência organizada pelos povos tupi e guarani contra os recém-chegados europeus tem início pouco tempo após os primeiros contatos. Se nos primeiros vinte anos esta resistência tinha a forma da aliança e do escambo, após este período as relações entre ameríndios e portugueses passaram a tomar a forma de conflitos, guerras e escravidão (MONTEIRO, 2016, p.33). O primeiro grande movimento de resistência indígena foi a chamada Confederação dos Tamoios, uma coligação de tribos tupinambá do litoral entre Cabo Frio e São Vicente, que começa a hostilizar os colonizadores portugueses já na década de 1540 e só foi pacificada efetivamente em 1567 (MONTEIRO, 2016, p.35).

Particularmente sobre os Guarani Prezias (2017, p.65) afirma que entre os anos de 1537 e 1625 houveram mais de 25 rebeliões contra a tentativa espanhola de dominar a

região do médio Paraguai e seus afluentes. No noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul em 1628 uma campanha de algumas lideranças “religiosas” como Nheençu e Potyrava contra as primeiras tentativas de fundação de missões em seu território acaba com a morte de três padres jesuítas (PREZIA, 2017, p.67-8). Anos depois os Guarani desta região se reconciliaram com os jesuítas, fundando o aglomerado de reduções conhecido como Sete Povos das Missões, o qual no século seguinte desencadearia as guerras guaraníticas contra portugueses e espanhóis.

No período das missões o maior inimigo dos Guarani era o bandeirante paulista. Por falarem uma língua semelhante a dos paulistas (que então se comunicavam em tupi) e por estarem habituados ao trabalho sistemático das missões (entre outros fatores), os Guarani tornaram-se objeto de cobiça dos moradores de São Paulo (PREZIA, 2017, p.102), situação que fez surgir um “nova forma de organização para preação de índios do sertão: a bandeira de larga escala” (MONTEIRO, 2016, p.38). Contudo este modelo de bandeirantismo já enfrentava sérios obstáculos na década de 1630, e a vitória militar dos Guarani sobre uma grande bandeira paulista em Mbororé (no ano de 1641) marcou o final de uma época (ibid., p.41). Contudo, enquanto durou, o bandeirantismo de larga escala capturou entre 180 e 200 mil Guarani (MONTEIRO, 1994, p.68 *apud* SANTOS, 2017, p.223), cifra que, segundo Santos (ibid.) é substancialmente maior que o total da população Guarani atual³. Não é a toa que a figura do bandeirante retornará nos textos da CGY identificada a do atual ruralista, como se verá.

A experiência nas missões não resultou em completa submissão dos Guarani aos padres, mas bem ao contrário, tratou-se de um exercício de autonomia e autogoverno indígena como as razões alegadas pelos próprios Guarani para as guerras guaraníticas indica. Em cartas endereçadas às autoridades coloniais e redigidas em guarani, porta-vozes da revolta reivindicavam sua autonomia afirmando não reconhecer o Tratado (de Madri, feito entre Espanha e Portugal) se utilizando para tanto da própria instituição missioneira para validar suas demandas (NEUMANN; BOIDIN 2017, p.105). O novo acordo territorial, da metade do século XVIII, implicava a transmigração de cerca de trinta mil guarani contudo nem as autoridades estatais e nem as religiosas conseguiram convencê-los a simplesmente abandonar suas terras. É interessante sublinhar o que concluem os autores acerca dos escritos políticos guarani deste período:

[...] foi pela troca de correspondência, da guerra de papel e de palavras, que os índios defenderam sua posição contrária ao tratado em curso, rompendo com décadas de “submissão” letrada e formularam argumentos justificando o seu direito de resistir a

³ O autor nota ainda que a população paulista durante os 50 anos em que fora abastecida com esse enorme contingente de escravos guarani dificilmente passava de 100 pessoas (SANTOS, 2017, p.223). Mesmo considerando o primeiro censo da cidade de São Paulo, de 1872, a população era ainda bem menor do que a quantidade de escravos guarani mais de duzentos anos antes, contando com 31.385 pessoas (SANTOS, 2017.).

uma ordem real, ao mesmo tempo que se organizam e se preparam para uma guerra que avaliam como injusta. Entendiam seu pleito como um direito histórico, especialmente na questão da terra e do suor empenhado na sua defesa. (...). As elites indígenas não desconsideravam as instituições missionárias, muito pelo contrário, utilizavam-nas para legitimar suas demandas. Valiam-se para tanto dos fundamentos teológicos e jurídicos para justificar a sua oposição à ordem de transmigração. Seu autogoverno estava amparado em uma linguagem política que reportava ao pacto monárquico que os Guarani haviam estabelecido conjuntamente com os jesuítas no transcurso de um século e meio (NEUMANN; BOLDIN, 2017, p.112).

Por fim, tendo custado 26 milhões de cruzados para Portugal (o equivalente ao que o Brasil lhe mandava em ouro anualmente), os Guarani são derrotados e com a expulsão dos jesuítas do Brasil (em 1768) muitos partem em direção às vilas paraguaias (dando origem ao “Guarani moderno”, como diz Ribeiro [1970]1996:106, isto é, a população rural do Paraguai) e outros tantos fugiram para as matas “indo juntar-se aos grupos que se tinham mantido independentes” (NEUMANN; BOLDIN, 2017). Santos (2017, p.224) aponta que estas matas seriam as densas florestas na proximidade do caudaloso Rio Paraná que abrigava os Guarani que haviam sobrevivido à captura pelos paulistas, fugido de *encomienderos* paraguaios (ou espanhóis) e se recusado a viver nas missões, de modo que esta área permaneceu inacessível à empresa colonial até meados do século XVIII. No início do século seguinte, com a bandeira já arrefecida os Guarani voltam a buscar seus antigos territórios no litoral.

Sobre este período Nimuendaju (1987, p.104) relata que “um certo Ypeý percorreu as aldeias do interior e incitou os Guarani para com ele caminhar até o mar”, e posteriormente em 1912 descreve como um pequeno grupo de seis guarani quase o levou ao desespero tamanha era sua obstinação em seguir caminhando para o leste, apesar das tentativas do autor de guiá-los até a reserva indígena de Araribá (ibid., p.105). Nos aproximamos assim do cenário atual, que pode-se dizer, começa com o “retorno” dos Guarani para o litoral numa caminhada que ao longo do século XX acaba por garantir os diminutos espaços de terra que dispõem atualmente para viver. A trajetória de Maria Tataxi é exemplar neste sentido: partindo do Paraguai no início do século, ela e seu grupo primeiro atingiram a Argentina e depois o Brasil. Ao alcançarem o litoral gaúcho se direcionaram para o sul, chegando nas aldeias guarani de São Paulo. Seguiram pelo litoral passando por Itariri, Rio Comprido, Rio Silveira, Ubatuba (onde fundaram a aldeia de Boa Vista) e por fim em 1972 chegaram a Santa Cruz e posteriormente em Aracruz, ambas no Espírito Santo, onde resolveram se instalar de modo definitivo (PREZIA, 2017, p.188-9).

ESBOÇO SOBRE POSSÍVEIS COMEÇOS

Como se sabe, a partir da constituição de 1988 as lutas indígenas adquirem nova força em todo o país e embora algumas lideranças que se destacaram neste novo contexto – como Marçal de Souza, Ailton Krenak, Xicão Xukuru, Ângelo Kretã, Marcos Terena, Raoni,

Mário Juruna, Ângelo Pankararé, Samado Santos entre outros – tenham se formado enquanto tais nos anos anteriores, é a partir daí que muitas das organizações indígenas hoje atuantes como APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) começaram efetivamente a se mobilizar tendo como foco a luta por suas terras. O povo Mbya Guarani em particular, a partir dos anos 1990, diante da quantidade insuficiente de terras e das tentativas recorrentes de expropriação das terras já (teoricamente) garantidas, decidem se articular de um modo amplo unindo as várias frentes de disputa, criando a CGY.

Fundada em 2006⁴ na TI de Peguaoty (Sete Barras, São Paulo) a CGY pode ser entendida como uma atualização de formas de organização sociopolítica mbya focalizada nas lideranças mais jovens e também em certa apropriação da linguagem do direito (FARIA, 2016, p.258) e sua atuação respalda-se no artigo 232 da Constituição Federal de 1988, que define que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses”. É também de fundamental importância para a formação dessas jovens lideranças o aprendizado junto aos mais velhos sobre a luta que resultou nas demarcações dos anos 1980, graças à qual os Mbya detêm atualmente as diminutas áreas no Sul e Sudeste do país que compõem seu território⁵.

É importante ressaltar o papel do Centro de Trabalho Indigenista (CTI)⁶, instituição indigenista criada em 1979, para o sucesso dos processos demarcatórios de terras mbya neste período. O Programa Guarani do CTI teve início praticamente junto com a fundação da instituição, a partir de demandas da população indígena da então chamada “Vila Guarani” localizada no bairro de Parelheiros (São Paulo). O processo de alfabetização iniciado nesta aldeia (hoje conhecida como Barragem ou Tenonde Porã) tem início em seguida a uma série de levantamentos da FUNAI que vinham sendo realizados ali entre 1977 e 1978 pela antropóloga Maria Bernardete Franceschini. Tendo sua solicitação atendida pela FUNAI os Guarani construíram a escola na qual Maria Inês Ladeira (atual coordenadora do Programa Guarani) começaria a lecionar ainda em 1978. A partir daí foi possível aos integrantes do CTI vislumbrarem a intrincada rede de relações que conectava os Guarani de diversas regiões do Sul e Sudeste e também a maneira como os fluxos de sementes, bens materiais, serviços xamânicos e etc circulavam por ela. Assegurar e reforçar as bases desse sistema passou a ser objetivo central da recém-criada instituição indigenista, seja por meios jurídicos, técnicos

⁴ Logo em seguida, no dia 29 de março de 2007, Comissão Guarani Yvy Rupa (CGY), formalizaria o início de suas atividades em cerimônia realizada junto à 6ª Câmara do Ministério Público Federal em Brasília.

⁵ Para um mapa atual das terras guarani ver <http://guarani.map.as/#/> Acesso em outubro de 2017.

⁶ O breve histórico do início da atuação do CTI junto aos Guarani que se seguirá encontra-se em detalhes no site da instituição: <http://trabalhoindigenista.org.br/programa/programa guarani/> . Acesso outubro de 2017.

(incentivando meios de subsistência, por exemplo) e ainda possibilitando amplo reconhecimento por parte dos próprios mbya da rede da qual faziam parte.

Até 1988 as atividades do Programa Guarani estiveram focalizadas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o que resultou na demarcação de várias Terras Indígenas aí situadas e é muito provável que o fato da criação de um órgão como o CTI ter-se dado no contexto paulistano tenha influenciado fortemente o estilo da mobilização política dos Mbya deste estado. Esta é uma das razões que podem nos levar a considerar os agentes políticos mbya de São Paulo como importantes irradiadores dos modos guarani de organização e resistência cuja instância de maior visibilidade hoje talvez seja a CGY.

Considerada por alguns autores como a maior aldeia mbya do Brasil em termos populacionais abrigando 867 pessoas mais ou menos em sua área de 26,3 hectares, a aldeia de Tenonde Porã está situada num ponto estratégico entre o litoral e o planalto favorecendo o trânsito de pessoas (mbya) de uma área a outra além de permitir acesso à matéria prima para confecção de artesanato (principal fonte de renda de muitos Mbya atualmente) e apresentando oportunidades para vendê-lo (ECKART, 2016, p.142). Contudo, nas últimas décadas do século passado Tenonde Porã viu a cidade se aproximando cada vez mais (ECKART, 2016., p.137-8). As matas do entorno da aldeia encontram-se já deterioradas pela ocupação urbana irregular e os recursos ambientais provenientes da área homologada estão longe de prover o sustento para a população.

O início da constituição desta TI nos remete à chegada de algumas famílias guarani no local primeiramente no fim da década de 1940 e posteriormente na década de 1960. O grupo que chegou nesta segunda leva veio do Paraná, muito provavelmente fugindo da atuação do então órgão indigenista oficial, o SPI, que impunha aos indígenas trabalho forçado, castigos físicos e encarceramento (ECKART, 2016., p.142). Tenonde Porã foi sendo povoada ao longo das décadas de 1980 e 1970 por grupos majoritariamente vindos do Paraná e do litoral do estado de São Paulo, e isso não só pelo fato de estar localizada em local estratégico, como vimos acima, mas também pela atuação política (e xamânica) de José Fernandes Karai Poty (LADEIRA; AZANHA, 1988 *apud* ECKART, 2016, p.142), que assumiu o cargo de cacique de meados da década de 1970 até final da década de 1990, quando deixou a aldeia.

Em termos sociopolíticos estas quase mil pessoas que atualmente residem em Tenonde Porã estão organizadas em núcleos familiares cada qual possuindo sua própria casa de reza com seus rituais geridos por um xamã em particular, o qual geralmente coincide com alguém em uma posição proeminente no campo do parentesco (pai-avô-sogro, como diz Eckart). Aparentemente esta é uma tendência em aldeias guarani com grande contingente populacional, contudo no âmbito mais geral o autor (ECKART, 2016., p.143) destaca as

figuras de Timóteo Popygua e Giselda Jera como importantes lideranças locais em Tenonde Porã.

Timóteo conta que foi nos encontros da AGUAÍ (Ação Guarani Indígena⁷) que frequentou ainda na adolescência acompanhando José Fernandes, que foi aprendendo a importância da demarcação das terras e da luta pelos direitos indígenas:

Eles [os líderes mais velhos, tamõi] criaram a AGUAÍ, que pegava aldeias do litoral sul, litoral norte e da capital, uma associação deles em que somente os pajés participavam e os caciques, porque são todos velhos. E a luta da AGUAÍ era para demarcação de terra indígena [...] Não é que eles não tinham dificuldades, mas eles são fortes, a parte espiritual, então eles conseguiram. E eu acompanhava, sempre ia na reunião, depois de dois anos já conhecia todas as aldeias de São Paulo, porque eu participava com o José Fernandes (TIMÓTEO apud MACEDO, 2016, p.129).

É importante ressaltar conforme a autora que a mobilização guarani deste período, que envolvia ações judiciais, articulações políticas com entidades não-indígenas e reconhecimento oficial de terras no estado, era entendida pelos próprios Mbya como uma extensão da *parte espiritual*: esta foi também uma época de memoráveis *nhemongaraß*, como comenta Macedo (2016). Timóteo havia sido um jovem atento às lutas pelas demarcações de terras levadas a cabo pelos Mbya mais velhos do que ele nas décadas de 1970 e 1980, tornando-se posteriormente cacique de Tenonde Porã e também importante figura na articulação mais ampla que veio a resultar na CGY.

Giselda Jera pertence a uma geração mais nova do que Timóteo, e faz parte de um núcleo familiar que em vários momentos teve (ou tem) considerável influência no jogo político em Tenonde Porã, mesmo não estando nenhum de seus membros ocupando a posição de cacique⁹. Jera foi a principal idealizadora de uma assembleia deliberativa que visa à reunião de pessoas para a produção de um consenso a ser expresso pelo cacique como uma opinião sua, os chamados *conselhos* (ECKART, 2016, p.150). Sobre o início destes, Jera conta o seguinte:

Tinha muita coisa que não estava sendo feita e que precisava alguém pensar e fazer, trabalhar. O que é um pouco a ideia de pessoas dividirem as responsabilidades da aldeia. Aí esse pessoal que estava lá, no caso era o Timóteo, o Casemiro, gostaram da ideia. Daí eles falaram que eu podia pensar no conselho (...). Aí eu lembro que no início eu chamei algumas mulheres e elas falaram: "Tô fora, não quero saber disso!". Não toparam, nenhuma mulher que eu pensei topou. Aí eu fiquei sozinha com um monte de homem. (...). Acho que o que me fortaleceu bastante como liderança mulher no meio de um monte de homem foi as mulheres começando a ver que podiam falar

⁷ Associação criada em 1983 por lideranças de várias aldeias guarani em conjunto com uma religiosa da Congregação São Vicente de Paula, chamada Irmã Luizinha. A AGUAÍ focalizava reivindicações fundiárias, e neste âmbito organizaram algumas viagens a Brasília assim como reuniões entre lideranças guarani (MACEDO, 2016, p.128).

⁸ Trata-se do ritual de "batismo" das crianças (mas também do mel, da erva-mate e do milho), cerimônia que costuma ocorrer duas vezes ao ano reunindo pessoas de diversas aldeias.

⁹ Segundo Eckart (2016, p.143) tal se daria porque a ascendência deste grupo remete-se àquela primeira leva de moradores que ocuparam o lugar ainda na década de 1940.

comigo sobre coisas que elas não tinham coragem de falar com lideranças homens(...). Acho que isso começou a me fortalecer e também a puxar outras mulheres da aldeia. De outras aldeias inclusive, que começaram a saber da atuação das mulheres (JERA, 2017, p.58-9).

No entanto, apesar da originalidade de Jera (que ao meu ver tem como ponto forte a chamada ao protagonismo das mulheres, algo que encontra eco em outras mobilizações políticas ameríndias atuais como o zapatismo) a literatura sobre os Guarani apresenta algumas informações acerca de assembleias que tinham por objetivo a discussão de sugestões que seriam depois verbalizadas pelo chefe ou cacique, como por exemplo em Cherobim (1986, p.151 *apud* ECKART, 2016, p.150), que fez trabalho de campo no litoral paulista nos anos 1980. Anteriormente, Bertoni (1922, p.60-1 *apud* SANTOS, 2017, p.250) chegou a descrever os Mbya de fins do século XIX da Tríplice Fronteira como organizados em uma espécie de confederação em que cada grupo e aldeia possuía suas próprias assembleias nas quais se chegava à decisão por consenso¹⁰. Ao comparar a descrição de Bertoni com o que ele mesmo observou, Santos conclui que aquelas assembleias “não diferem muito do que eu mesmo testemunhei (...) nas aldeias e articulações políticas guarani mbya, que equilibram autonomias locais com referências políticas regionais, configurando zonas de influência” (SANTOS, 2017, p.250). Compreende-se assim porque sugeri acima que a CGY seria a *atualização* de formas de atuação política bastante conhecidas dos Mbya.

MANIFESTAÇÕES EM SÃO PAULO

As mobilizações mbya na cidade de São Paulo tomaram novo fôlego a partir de 2013, e ao longo dos últimos cinco anos as portaria declaratórias de pelo menos duas TI's no estado foram conseguidas graças ao investimento em novas parcerias, manifestações e atos na cidade e também retomadas de terras (TUPÃ; HOTIMSKY, 2011/2016, p.789). O primeiro ato – o fechamento da rodovia dos Bandeirantes, em setembro de 2013 –, segundo Jera (2017, p.45) foi o marco de um novo formato de mobilização que se configurou a partir das lideranças mais jovens¹¹ que “topavam fazer isso de ir para a cidade, parar rodovias, fazer atos” (JERA, 2017):

(...) a gente estava lá no território do Jaraguá para se concentrar e conversar de novo sobre as estratégias e as ações e aconteceu. Esse espírito de luta que a gente sabia que no passado havia também ficou muito reavivado. Não no sentido de ir para morrer e para matar. Não tinha em nenhum momento um pensamento assim. Era uma questão de parar a rodovia sem machucar ninguém, e aí tentar segurar o máximo possível, por uma questão de denúncia mesmo. Este momento foi muito importante

¹⁰ Alcançado por convicção, persuasão ou espírito de solidariedade segundo o autor.

¹¹ Segundo ela, os para os mais velhos ainda era muito viva a lembrança de conflitos relacionados à briga com o *jurua* pelos seus territórios, inclusive resultando em mortes.

para os xondáro, que é como a gente chama os guardiões. E tinha muitas xondárias, muitas mulheres. A gente viu nas conversas de organização que tinha muita gente apreensiva e que se colocava numa posição de “eu tô junto, mas não vou descer lá”. E aí no momento em que estava todo mundo lá embaixo, a gente viu muitas dessas pessoas descerem também, vir para o meio. Daí foi: caminhou, cantou, acabaram se envolvendo e apoiaram bastante (JERA, 2017, p.45-6).

Após o ato eles publicaram um vídeo-manifesto no youtube explicando porque haviam parado a Rodovia dos Bandeirantes. Entre outras coisas, o texto deixava claro especialmente que “políticos ruralistas, aliados do Governo, querem aprovar a PEC 215¹², para parar todas as demarcações que ainda faltam, e ainda roubar terras que já estão demarcadas”¹³. Pouco tempo depois desse ato os Mbya retomaram uma área de uma antiga aldeia, chamada Kalipety, a qual estava abandonada há mais de dez anos (SANTOS, 2017, p.262). Em outubro de 2013, no âmbito da Mobilização Nacional Indígena os Mbya se juntaram a outros povos indígenas e também quilombolas numa marcha desde a Avenida Paulista até o monumento dos bandeirantes e em abril do ano seguinte ocuparam o Pateo do Collegio, espaço de fundação da cidade e marco simbólico da colonização (ibid.), para o lançamento da Campanha Resistência Guarani SP¹⁴.

Algumas táticas revelam engenhosidade e bom humor como na campanha “assina logo, Cardozo” de 2014, na qual os Mbya enviaram por correio para o gabinete do então ministro da justiça uma caneta com trançado e grafismo tradicionais dentro de um cesto guarani, sugerindo que se o que faltava para assinar as diversas portarias declaratórias que sabidamente se encontravam em sua mesa na época (inclusive as de Tenonde Porã e Jaraguá) era caneta... Assim, entre fechamento de estradas e avenidas, ocupações de gabinetes presidenciais e também de espaços públicos (como o vão do MASP ou o Pateo do Collegio) e envio de canetas para Brasília os Mbya de São Paulo finalmente conseguiram a assinatura das duas TI's: primeiro os 532 hectares de Jaraguá¹⁵ e depois 15.969 hectares de Tenonde Porã¹⁶.

¹² Proposta de emenda à constituição que, entre outras coisas, passaria da FUNAI para o Congresso Nacional a execução das demarcações de terras indígenas.

¹³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eV7WMdvGirM> Acesso em outubro de 2017.

¹⁴ Para um resumo dos principais atos guarani em São Paulo ver <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/terra-indigena-tenonde-pora-e-oficialmente-dos-guarani> . Acesso em outubro de 2017.

¹⁵ Mais informações sobre o processo em <http://trabalhoindigenista.org.br/publicada-portaria-declaratoria-de-demarcacao-da-terra-indigena-jaragua/> Acesso em outubro de 2017.

¹⁶ Mais informações sobre o processo em <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/terra-indigena-tenonde-pora-e-oficialmente-dos-guarani>. Acesso em outubro de 2017.

É interessante notar que já no fechamento da Rodovia dos Bandeirantes, ato que foi amplamente divulgado na internet pela própria CGY, se podia observar o estilo particular das manifestações mbya. A presença dos cantos e das danças (especialmente a dança dos guerreiros, ou *xondáro*) é aparentemente item fundamental da tática mbya de enfrentamento direto com os brancos e mesmo recentemente quando ocuparam a secretaria da presidência da FUNAI em São Paulo, a maioria dos vídeos que circulava nas redes era de cantos sendo entoados em uníssono por uma pequena multidão de Mbya, posicionados ao redor de um ou dois rezadores principais que tocavam seus violões, rapazes empunhando seus chocalhos e até mesmo algumas pessoas fazendo uso do cachimbo. Longe de se constituir num expediente específico para tais ocasiões, uma espécie de performance especialmente montada para os atos, para quem conhece razoavelmente os rituais xamânicos cotidianos dos Mbya o cenário evoca imediatamente vários elementos da casa de reza. Santos descreve um ato na Avenida Paulista:

A manifestação, que era composta de centenas de indígenas guarani vindos das aldeias da Grande Sao Paulo e do litoral, mais os jurua apoiadores da causa das demarcações, somava uns poucos milhares. Em dado momento e sem intenção aparente, o ato encontrava-se em relativo silêncio, mesmo quando ainda podia-se ouvir um tênue coral ao fundo e uns poucos xapukái (agudo grito dos xondáro). A ausência de tráfego de automóveis devido a ocupação da pista contribuía para essa atmosfera contemplativa. (...). Munidos com seus petÿgua (cachimbo), os Guarani produziam as “brumas” do tabaco, que subiam ao lado dos arranha-céus, enquanto seu ato pacificamente ocupava vias principais da maior cidade do país. Nesses minutos em que perdurou o silêncio, parecia vigorar a concentração característica dos rituais na opy[casa de reza] quando, na ausência dos cantos e falas, sobressai-se o silêncio coletivo do -japyxaka (escutar com atenção, concentrar-se nas divindades). O ato sem tambores, carros de som, bordões, palavras de ordem – sem violência policial – chamava a atenção (SANTOS, 2017, p.273).

Na verdade tudo indica que estamos diante de um ato xamânico, e não por acaso quando recentemente o governo cancelou a portaria declaratória da TI Jaraguá a página do facebook da CGY¹⁷, além de exibir vídeos da ocupação da sede do parque também publicou uma cena breve do xamã José Fernandes “batizando” um mandato de segurança protocolado pelos Mbya pedindo a revalidação da portaria: em frente ao altar (onde repousava documento) o velho xamã, de violão em punhos, entoava um canto-reza enquanto os demais participantes do ritual dançavam em círculo ao seu redor, ou seja, trata-se exatamente do mesmo ritual que cotidianamente se realiza nas casas de reza mbya.

AS NOTAS

O trabalho que nos inspira na leitura das notas da CGY que se seguirá é o artigo de Lima (2014) sobre comunicados zapatistas, contudo longe de abarcar como faz a autora,

¹⁷ <https://www.facebook.com/yvyrupa/>. Acesso em outubro de 2017.

cerca de 1007 textos (entre comunicados, entrevistas, declarações etc) aqui nos deparamos com um material bem mais modesto, 19 textos¹⁸ sendo a maioria composta por notas públicas¹⁹. Se lá a autora localiza em três elementos principais “a construção êmica da história no discurso zapatista” (LIMA, 2014., p.217), a saber, as cosmovisões, as referências à Revolução Mexicana e as conexões entre memória e coletividade (através das dimensões da “morte” e da “dor”) trabalhamos com a hipótese de que as notas e manifestos da CGY de modo semelhante acabariam por construir a história mbya a partir de alguns elementos específicos.

O primeiro documento da CGY que vem à tona é uma “carta política” de novembro de 2006, espécie de manifestação inaugural por ocasião do surgimento da nova organização. Alguns dos elementos principais do discurso público da CGY já se encontram nesta carta tais como a ideia de um resgate da luta dos antepassados baseada nas lideranças espirituais (*nhanderamói*), a operacionalização do *nhandereko* como a única via de “vida digna”, a diferenciação entre o modo “autônomo” de organização política dos Mbya e o sistema *juruá* (“formalista e burocrático”) e, talvez mais importante, a focalização na luta pela defesa das “terras” e “territórios tradicionais”. Estes elementos serão desenvolvidos ao longo dos anos de modo que “lideranças espirituais” inspirariam manifestações públicas em São Paulo e a focalização na luta pelas terras daria origem ao retorno figurativo do grande inimigo histórico dos Guarani, os bandeirantes.

Reconhecendo a importância da CGY para o “amplo movimento de articulação das *tekoa* guarani” o manifesto da sexta Assembleia da Comissão (de 2013) diz que a criação da mesma é uma “resposta aos setores da política brasileira empenhados na anulação dos direitos indígenas bravamente conquistados e garantidos pela Constituição Federal do Brasil 1988”. A falta de terras, a fome, a falta de acesso à saúde e educação e o preconceito contra os povos indígenas são apontados como fatores que precisam acabar, e um primeiro passo neste sentido é denunciar o golpe que a bancada ruralista pretendia dar na Constituição Federal (através da PEC215): “os ruralistas de hoje são os bandeirantes de ontem” afirma o texto.

O manifesto que acompanha a Assembleia seguinte (de 2016) afirma que os Mbya continuam firmes “com a inspiração de nossos ancestrais e com nosso *nhandereko*, nosso

¹⁸ As principais fontes são o canal da CGY no youtube e a página da Comissão no facebook, mas também foram achadas algumas notas em sites e blogs de terceiros. O conjunto por nós reunido está disponibilizado no site da CGY, de modo que remeto o leitor me eximindo de citar as fontes caso a caso.

¹⁹ Há uma grande possibilidade de que existam mais textos da CGY além daqueles que conseguimos encontrar. Contudo, como elas ainda não estão reunidas em nenhum arquivo pessoal (até onde sei) ou site torna-se muito difícil recuperar a sua totalidade. Considerando que Marcelo Hotimsky (secretário da CGY) me informou em comunicação pessoal que ao todo provavelmente seriam cerca de 20 notas, trabalhamos com quase 100% do que seria nosso objeto etnográfico ideal.

modo de viver, lutando para preservar tudo aquilo que Nhanderu deixou para nós, para vivermos com dignidade em nosso território tradicional, *yvyrupá*". Uma leitura mítica da relação de brancos e indígenas com as divindades²⁰ é evocada:

Quando Nhanderu criou o mundo ele deu o papel para o jurua, enquanto deu pra nós o petygua, o cachimbo. Por causa da ganância o jurua não soube usar o papel, e com ele tem tentado acabar com as nossas terras, destruir nossas matas e acabar com nosso povo. Mas nós temos o petygua: nossa reza, nossa união e nosso nhandereko, nosso modo de vida. E com ele continuaremos resistindo nas nossas terras tradicionais, nas nossas retomadas, plantando o alimento verdadeiro, cuidando das matas e da água fresca que Nhanderu deixou para nós. Aguyjevete²¹ pra quem luta!

Ou seja, enquanto o mau uso da dádiva divina pelos brancos interrompeu a conexão entre estes e as divindades, os Mbya seguem se apoiando naquilo que receberam dos deuses: o cachimbo, a reza, o modo de vida etc. Trata-se de certa forma de uma versão às avessas do conhecido mito da "má escolha"²² onde os brancos é que saem perdendo. Além de se opôr ao corte orçamentário sofrido pela FUNAI esse texto ainda chama a atenção para a CPI da FUNAI/INCRA²³ que criminaliza apoiadores e lideranças dos movimentos indígenas ao passo que assassinatos de indígenas em todo o país praticados por (ou a mando de) fazendeiros seguem impunes.

Em 26 de setembro de 2013 veio a público um manifesto sobre o fechamento da Rodovia dos Bandeirantes, evento que como vimos foi um marco para o movimento guarani mbya em São Paulo. Esse manifesto marca, por seu turno, a utilização de um formato midiático bem característico: a nota foi publicada no canal da CGY no site youtube acompanhada de um vídeo, legendado, com jovens mbya falando em sua língua o mesmo conteúdo do documento. O nome do vídeo é "porque fechamos a bandeirantes?", ou seja parte didaticamente de uma pergunta que muitas pessoas provavelmente se fizeram diante daquele ato. A questão é respondida logo nas primeiras linhas: "para vocês brancos saberem que nós existimos e que estamos lutando por nossas terras".

À afirmativa frequentemente colocada por latifundiários e deputados ruralistas de que haveria muita terra para pouco índio, os Guarani respondem: "não é essa a nossa

²⁰ Sobre os "maus usos" do papel pelos brancos ver Pierri (2014).

²¹ Termo de uso comum nas casas de reza mbya, que me foi traduzido certa vez como "você está desejando para a pessoa falar com deus" e que no contexto das mobilizações ganhou o sentido de "força para quem luta".

²² Ver, Lévi-Strauss, [1964]2010.

²³ Em Maio de 2017 a CGY publica uma nota especificamente sobre a CPI da FUNAI/INCRA, e se declara pouco surpreendida ao ver que os deputados que acusam as lideranças indígenas, seus parceiros, o órgão e as leis que os defendem, são exatamente os mesmos a figurar nas listas dos que receberam dinheiro de empresários envolvidos em grandes empreendimentos que afetam diretamente a vida dos povos indígenas do país, como hidrelétricas e mineradoras.

realidade. Vivemos no que sobrou da mata atlântica, nossas terras são minúsculas e somos muitos, enquanto alguns poucos políticos e empresários tem muita terra e ainda querem mais”. Posteriormente (em 2014) um manifesto vai afirmar que “a terra foi feita pelas divindades para todos os povos. Não é nossa, e não é dos brancos” colocando em relevo o que efetivamente orienta a relação dos Mbya com as terras que ocupam.

A PEC215 é tida em vários momentos como um ataque direto aos povos indígenas e quando de sua adesão à semana nacional de mobilização indígena (de 2013) a CGY destaca que o congresso brasileiro está tomado por fazendeiros e que por isso os conflitos fundiários estão se acirrando enquanto que muitos povos indígenas não possuem terras para viver. Quando, ao cobrir um ato mbya na Avenida Paulista, a mídia convencional preferiu dar ênfase à tinta vermelha com que manifestantes pintaram o monumento aos bandeirantes, após os Mbya terem coberto a estátua com um manto vermelho, Marcos Tupã respondeu em artigo, “que tipo de sociedade realiza tributos a genocidas diante de seus sobreviventes? Apenas aquelas que continuam a praticá-lo no presente (...). Esse monumento para nós representa a morte” (TUPÃ, 2013²⁴).

Um dos textos mais significativos de todo o conjunto veio a público neste período sob a forma de um “manifesto antirruralista”, que acompanhou o ato ocorrido anteriormente no qual os Mbya fecharam a Avenida Álvares Cabral. Este protesto se deu por ocasião da reunião da bancada ruralista na assembleia legislativa de São Paulo para a discussão da PEC215. Diz o texto que Pedro Álvares Cabral foi o primeiro ruralista, o qual é sucedido pelos atuais ministros, juízes e deputados que têm então “espírito de bandeirante”. Além de uma chamada a uma frente antirruralista de luta²⁵, os Mbya se preocupam ainda em contextualizar sob vários ângulos seu movimento adicionando informações específicas sobre a PEC215, sobre a bancada ruralista e sobre as demarcações na grande São Paulo. O quadro que emerge é o de um projeto de emenda à constituição que já havia sido tomado como inconstitucional por juristas e ministros mas que é retomado por uma bancada de deputados onde a maioria também é composta de grandes proprietários de terras (que “tiveram suas campanhas financiadas por empresas ligadas ao setor”, como diz o texto) enquanto os Mbya sofrem com a falta de espaço (leia-se terras) e também com retaliações judiciais – como por exemplo a decisão de reintegração de posse da TI Jaraguá emitida pela Justiça Federal de São Paulo em 2013. Quando em 30 de setembro de 2017, por conta não mais da reintegração de posse, mas já da *desdeclaração* desta mesma TI, os Mbya ocupam a casa da

²⁴ Disponível (entre outros) em <https://www.ecodebate.com.br/2013/10/09/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani-artigo-de-marcos-dos-santos-tupa/>. Acesso em outubro de 2017.

²⁵ No documento alguns importantes aliados do movimento indígena de São Paulo são citados, como o Movimento Passe Livre, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e ainda o Comitê Popular da Copa de São Paulo.

presidência em São Paulo, a nota que acompanha o ato pergunta: “para onde Temer acha que nós vamos?” e ainda, “o governo quer nos matar?”.

Entre agosto e setembro de 2017 algumas notas se opõem diretamente à inédita portaria de *desdeclaração* da TI Jaraguá²⁶, pelo então ministro da justiça Torquato Jardim (ou Torquato “bandeirante” como diz um dos textos), duas delas acompanhando o ato pacífico de ocupação da sede do Parque do Jaraguá. Através da Portaria 683, o citado ministro anulou a demarcação de 532 hectares da TI Jaraguá (re)condenando seus mais de 700 habitantes a viverem confinados em 1,7 hectare de terra. A razão formal para esta *desdeclaração* (a sobreposição da TI a um parque estadual) é entendida como pretexto para a privatização do parque: “a demarcação de nossas terras tradicionais atrapalha seu objetivo de destruir as matas para fazer dinheiro”. Segundo um dos documentos, o raciocínio do ministro é cruel: ele admite que no passado por culpa do próprio governo federal os direitos guarani foram ignorados, e eles acabaram sendo confinados em uma área pequena demais. Porém, se novamente o governo federal falhou ao ignorar o seu próprio erro por mais de cinco anos, para o ministro quem deve ser punido são novamente os Guarani, como diz o texto. Um dos documentos afirma: “sempre protegemos essas matas, essas matas foram uma dívida dada pelas divindades para que nós cuidássemos dela. Não deixaremos nenhum governo vender o que Nhanderu deixou para nós”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As notas e cartas da CGY produzem uma narrativa na qual em primeiro lugar, palavras e atos políticos se referem primordialmente ao xamanismo e à narrativa mítica mbya, seja pela realização de rezas na Avenida Paulista, seja pela referência ao modo de vida “dos antepassados” presente em alguns textos. Note-se que muitos destes “antepassados” caminham ainda por esta terra e grande parte de seu modo de vida ainda existe em várias aldeias mbya. Tudo indica que há uma dinâmica de busca por fortalecimento nestas aldeias, como diz um jovem mbya de São Paulo citado por Santos (2017, p.238) cuja “experiência mais revitalizante foi o período que passou em uma aldeia fluminense conhecida por ser muito tradicional, habitada apenas pela família do cacique-xamã, famoso por ser muito severo e exigente quanto as normas de conduta e as praticas rituais na *opy*”. O mesmo autor

²⁶ A única nota de nosso conjunto publicada em 2015 trata da decisão de um juiz favorável à reintegração de posse da aldeia Itakupe (que fica na TI Jaraguá), resultado de ação judicial da parte de um ex-deputado, Tito Costa, que afirmava ter herdado a área de seu sogro. O documento é curto porém direto, afirmando que o ex-deputado, embora as reivindicasse, nunca havia morado naquelas terras “que são nossas terras ancestrais — como já foi reconhecido pela Funai”. Um pequeno documentário sobre esta situação chama-se *Atrás da Pedra* e está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-AcpNB1vFP4>. Acesso em outubro de 2017.

(SANTOS, 2017., p.252) comenta ainda a existência de núcleos de famílias mbya “isoladas” que praticam um “xamanismo radical”, evitando o consumo de alimentos e remédios não-indígenas, de modo que se pode falar em diferentes dinâmicas de autonomia: a das aldeias situadas no *front*, isto é próximas aos grandes centros urbanos (que temos visto), e a das aldeias mais afastadas. O mais provável é que os Mbya circulem frequentemente por estes diferentes contextos e modos de vida.

Em segundo lugar, a associação entre ruralistas e bandeirantes deixa evidente contra quem lutam, e ainda que alguns documentos falem da chegada do branco na América como a origem dos males da vida atual, é possível perceber uma diferenciação dentro desse universo não-indígena entre inimigos e aliados. Vimos o peso que o bandeirantismo teve para a escravização dos Guarani nos séculos passados, e se são comparados com os ruralistas é porque estes detêm hoje semelhante poder e desejo de destruir os povos indígenas para lhes tomar as terras. As diversas emendas à constituição proposta por este segmento são provas disso, e são sentidas pelos Mbya como ataques diretos àquela que muitas vezes é considerada a maior vitória do movimento indígena até hoje, ou seja, a constituinte de 1988.

Por fim, como muitas notas estabelecem um diálogo com o público em geral buscando tornar mais claros os objetivos da CGY principalmente quando os textos acompanham manifestações nas ruas da cidade, há um interesse em explicar os dois elementos anteriores muitas vezes imaginando questões que o leitor comum faria a si mesmo: “porque fechamos a Bandeirantes?” ou “o governo quer nos matar?”. O modo de vida, os mitos e a crueldade dos ruralistas são então mobilizados para isso de modo a trazer o leitor para o lado dos Mbya, e talvez até mesmo para as ruas fortalecendo seus atos e dando maior visibilidade à luta guarani.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, T. **Atrás da Pedra - Resistencia Tekoa Guarani** Filme documentário. Brasil, 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-AcpNB1vFP4>. Acesso em outubro de 2017.

ECKART, Jan-Arthur Bruno. O grande e o pequeno na organização sociopolítica mbya. In: DANAGA, A. & PEGGION, E. (Orgs.). **Povos indígenas em São Paulo: novos olhares**. São Paulo: EdUFSCar, 2016.

FARIA, Camila Salles. **A luta guarani pela terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena**. Tese de Doutorado, USP, 2016.

JERA, Giselda. *Nhanhomoirumba*: um panfleto esquiva. In: AZEVEDO, J. & Turma 67 de montagem da Escola de arte dramática da USP, 2017.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo, Cosac Naify, 2ª ed., 2010.

LIMA, Júnia Marúsia Trigueiro de. As subversões do tempo nos comunicados zapatistas. **Revista de Antropologia**, v.57, n.1, 2014.

MACEDO, Valéria. Uma história de muitas histórias: trajetórias guarani no curso do Rio Silveira (Serra do Mar). In: DANAGA, A. & PEGGION, E. (Orgs.). **Povos indígenas em São Paulo: novos olhares**. São Paulo, EdUFSCar, 2016.

MONTEIRO, John Manuel. Vida e morte do índio: São Paulo colônia. In: DANAGA, A. & PEGGION, E. (Orgs.). **Povos indígenas em São Paulo: novos olhares**. São Paulo, EdUFSCar, 2016.

NEUMANN, Eduardo Santos & BOLDIN, Capucine. A escrita política e o pensamento dos Guarani em tempos de autogoverno (c.1753). **Revista Brasileira de História**, v.37, n.75, 2017.

NIMUENDAJU, Curt Unkel. **Mitos de criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocuva guarani**. São Paulo: Editora HUCITEC – Universidade Federal de São Paulo, 1987.

PEREIRA, Vicente Cretton. Nosso pai, nosso dono: relações de maestria entre os Mbya Guarani. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, v.22, n.3, 2016Aa.

_____. *O petyngua. o -ka'u* como viagem xamânica. **Anais do I Seminário de Etnologia Guarani**, v.1, n.1, 2016b.

_____. Aqueles que não vemos: uma etnografia das relações de alteridade entre os Mbya Guarani. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFF, 2014.

_____. Nos transformamos em brancos: notas sobre a cosmopolítica Mbya Guarani. **Ñanduty**, v.5, n.6, p.53-79, 2017.

PIERRI, Daniel Calazans. O dono da figueira e a origem de Jesus: uma crítica xamânica ao cristianismo. **Revista de Antropologia**, v.57, n.1, 2014.

PREZIA, Benedito. **História da resistência indígena: 500 anos de luta**. São Paulo, Expressão Popular, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Lucas Keese dos. **A esquiva do xondaro: movimento e ação política entre os Guarani Mbya**. Dissertação, USP, 2017.

TUPÃ, Marcos & HOTIMSKY, Marcelo. *Jaguata joupive'i*. caminhando todos juntos. In: Instituto Socioambiental. (Org.). **Povos Indígenas do Brasil: 2011-2016**. 12.ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017, p.789-793

Recebido em 01 de novembro de 2017.
Aprovado em 03 de junho de 2018.